

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Patricia Ribeiro de Sales Pereira

Universidade Estadual da Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/6376094304002336>

<https://orcid.org/0009-0002-5261-2407>

E-mail: patciaribeirosls@gmail.com

Erivania de Sousa Carneiro

Universidade Estadual de Rio Grande do Norte

<https://lattes.cnpq.br/0487704694412921>

<https://orcid.org/0009-0005-4952-132X>

E-mail: proferivaniasc@gmail.com

Maria Samara Bolconte da Costa

Unopar

<http://lattes.cnpq.br/5774146021825031>

<https://orcid.org/0009-0002-7611-3960>

E-mail: mariabolconte@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-25>

RESUMO: A educação da criança portadora da síndrome de Down (SD) assume um desafio da mais alta importância neste milênio, portanto, faz-se necessário conhecer durante a pré-escola habilidades, suas características, potencialidades, valores e seus desejos para uma interação com o meio social em que está inserida. Assim sendo, objetivou-se com este estudo compreender como se dá o processo de inclusão de alunos com síndrome de Down na educação infantil. Esta pesquisa é caracterizada como pesquisa bibliográfica qualitativa de cunho teórico. Abordando-se uma breve trajetória sobre a educação especial bem como as leis que a regem, relato sobre a história e características da síndrome Down, bem como a inclusão no ensino regular, os princípios da educação infantil e a interação da família com a escola. Portanto, educar crianças com síndrome de Down desde a infância é ainda mais importante, pois é por meio da educação que a criança encontra maiores possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades e habilidades motoras, cognitivas e emocionais bem como de interagir com o meio escolar e social.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Down. Educação Especial. Inclusão.

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH DOWN SYNDROME IN EARLY EARLY EDUCATION

ABSTRACT: The education of children with Down syndrome (DS) assumes a challenge of the highest importance in this millennium, therefore, it is necessary to know during preschool skills, their characteristics, potentialities, values and their desires for an interaction with the child. social environment in which it is inserted. Therefore, the objective of this study was to understand how the process of inclusion of students with Down syndrome occurs in early childhood education. This research is characterized as qualitative bibliographic research of a theoretical nature. Addressing a brief trajectory on

special education as well as the laws that govern it, a report on the history and characteristics of Down syndrome, as well as the inclusion in regular education, the principles of early childhood education and the interaction of the family with the school. Therefore, educating children with Down syndrome from childhood is even more important, because it is through education that the child finds greater possibilities for developing their motor, cognitive and emotional capacities and skills, as well as interacting with the school and social environment.

KEYWORDS: Children. Down. Special education. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é ocasionada por uma alteração genética nos cromossomos que acarreta ao portador atributos físicos e mentais característicos. A criança Down possui o desenvolvimento mais lento e é grande a incidência de retardo mental. Podendo também apresentar diversos problemas de saúde e as características próprias podem diferir de pessoa para pessoa.

Hoje em dia, os portadores da síndrome de Down podem ter uma vida normal e executar atividades cotidianas como qualquer outra pessoa, mesmo apresentando algumas dificuldades e limitações. Sabe-se que o portador da síndrome de Down, necessitará de condições especiais orientado por profissionais (psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta, entre outros especialistas) para que o seu aprendizado aconteça de forma mais prazerosa.

É importante lembrar que também a função da família é de fundamental importância, pois é através das atividades do cotidiano, da participação conjunta dos pais que principiará o processo de estimulação precoce, promovendo maior colaboração no processo de aprendizagem desse indivíduo.

Entretanto, a infância é um período imprescindível para o desenvolvimento de todas as crianças e para as crianças com síndrome de Down ela é fundamental, pois, é nesta fase que ela adquire a maior parte de seus conhecimentos e habilidades.

Porém, a escola é muito importante, uma vez que é nela que a criança irá construir sua vida social, intelectual e afetiva, dando continuidade ao seu desenvolvimento. É necessário que haja uma Política Educacional mais eficaz, que estabeleça uma metodologia consistente e adequada que prepare o professor para seu trabalho e sua

efetivação. Se as escolas não se reorganizarem para atender esses alunos a exclusão tenderá a aumentar, provocando cada vez mais o distanciamento da escola comum dos alunos com esta síndrome que supostamente não aprendem.

A postura que o professor assume diante de uma criança Down é muito importante podendo facilitar ou dificultar o processo de ensino-aprendizagem. O educador deve integrar o portador da síndrome de Down na sociedade, trabalhar sua aceitação e até mesmo a sua absorção no mercado de trabalho. Portanto, é essencial, o professor trate o sujeito e não a síndrome, respeitando suas limitações e estimulando suas possibilidades.

No Brasil, a educação inclusiva é ainda pouco conhecida, mas as escolas brasileiras estão percorrendo caminhos em direção à inclusão destes alunos, ressaltando aqui os alunos com síndrome de Down. A educação é um direito de todo indivíduo, e as escolas precisam abrir as portas para acolher todos, independentemente de sua condição dentro da sociedade.

Para a formação de professores, o tema é relevante, ressaltando a importância de estudo dos aspectos referentes à educação das crianças com Síndrome de Down desde a infância, pois é muito provável que, no decorrer de sua atividade docente encontre com esses alunos.

Assim, faz-se necessário saber como ensiná-los, a fim de que estes não se sintam excluídos e nem sejam excluídos seja por colegas ou mesmo pelo professor, possam sentir-se acolhidos e se desenvolver de modo a ampliar seus aspectos cognitivos, físicos e emocionais na escola e na sociedade. A possibilidade de conhecer inúmeros aspectos acerca da criança com Síndrome de Down e a Educação Infantil por meio de levantamentos bibliográficos a fim de auxiliar o desenvolvimento na escola e fora dela justifica a escolha e a relevância social deste trabalho.

Destarte, objetivou-se com este artigo compreender como se dá o processo de inclusão de alunos com síndrome de Down na educação infantil. E objetivos específicos: Verificar as dificuldades encontradas de um aluno com síndrome de Down; Reconhecer a importância do professor na inclusão de uma criança com síndrome de Down; Identificar a função da escola no processo de integração de crianças com síndrome de Down na educação infantil.

A pesquisa do estudo foi caracterizada de cunho teórico, bibliográfico, qualitativo, método indutivo utilizando livros e artigos científicos, por meio de leitura e pesquisa. Neste estudo, foi utilizada como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento de bibliografia já publicada, ou seja, livros, revistas, teses, monografias, dentre outros sobre o tema em estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: UM POUCO DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial destina-se aos portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, todas as pessoas que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo ensino-aprendizagem, indivíduos portadores de deficiência sensorial (auditiva e visual), deficiência motora, deficiência cognitiva, doenças crônicas, transtornos de personalidade, autismo, psicoses, Síndrome de Down, inadaptação social dentre outras, que ao longo de nossa história foram tratados como doentes.

Na antiguidade não existia respeito pelo cidadão portador de necessidades especiais, ao contrário, eram tratados como total descaso e abandono, independentemente de sua deficiência, sendo ela física ou mental. Esses indivíduos viviam em condições subumanas, o que naturalmente os levavam ao abandono. Não existia preocupação com a integração desses seres humanos.

Segundo Buscaglia (1993, p.21):

É a sociedade que cria os incapazes. Enquanto a maior parte das deficiências, é o produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas frequentemente não é resultado tanto da “deficiência” quanto da forma como os outros definem ou tratam os indivíduos. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia. Mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviços na comunidade em geral encontram-se em ambiente segregadores [...].

Na Idade Moderna quando surgiram as primeiras universidades, só eram permitidos ensinamentos da Igreja por teólogos e sacerdotes, e a dicotomia Deus-diabo estava muito presente no cotidiano das pessoas. Pensava-se que se alguém nascesse

portador de alguma deficiência era castigo divino. E foi nesta época que os portadores de necessidades especiais escaparam do anonimato passando a ser acolhida em igrejas sob a ambivalência da caridade. Eles eram obrigados a viver em asilos isolados da família, comunidades para esconder os incapazes, incômodos, inválidos (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular é garantida por lei; mas apesar disto, atualmente, cada vez mais as separações institucionais deixam de esperar pela fixação de indivíduos em espaços de integração.

Pois a exclusão ocorre também através da “inclusão” no ensino regular. Segregados ou não em espaços fechados, esses indivíduos habitam o espaço de outra clausura que os saberes técnicos reservam para eles.

Conforme, Brasil (1994, p. 61):

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferença que possa ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus educandos acomodando tanto estilos com ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade [...].

Há muito que o homem se distingue de tudo mais no mundo pela palavra e pela ação. É fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e a integração de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

Segundo Mazzotta (2005), buscando na história da educação informações sobre o atendimento educacional das pessoas com deficiências, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.

O conceito das diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. A falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiências fossem marginalizadas e ignoradas. A própria religião, com toda sua força

cultural, ao colocar o homem como "imagem e semelhança de Deus", ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E, não sendo "parecidos com Deus", os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 2005, p. 16).

O conteúdo da Política de Educação Especial, atualmente, está fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A Educação Especial é considerada, pela constituição Brasileira, parte da educação básica (MEC). Esta forma de ver e conceber a Educação Especial são recentes.

Pela Constituição Federal, capítulo II, Seção I, art.205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)” (BRASIL, 1988). Apenas este artigo já garantiria a inclusão dos sujeitos com NEE no ensino regular, haja vista que deixa claro que a educação é um direito de todos”. Também temos o artigo 206, inciso I que garante como princípio para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e o artigo 208, inciso III que reassegura o “(...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A LDB (BRASIL, 1996) dispõe em seu artigo 58 como se organizará a educação especial e determina a criação de serviços de apoio específico na rede regular de ensino. Apenas quando não for possível a integração do aluno com NEE na rede regular de ensino, estabelece a instituição da educação especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), LEI nº 8.069/90, artigo 55 baseado nos parâmetros legais, reforça que “é obrigação dos pais ou responsáveis a matrícula de seus filhos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

A Lei Federal 7853 dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Neste sentido, nenhuma instituição de ensino pode recusar, sem uma boa argumentação, o acesso a PNEE à instituição. A pena para quem não cumprir a lei é de um a quatro anos de reclusão, além do pagamento de multa.

O decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, destaca no Art. 1º, que “A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular” (BRASIL, 2010). Logo, se prevê que toda a criança com deficiência na rede regular de ensino contará com o Atendimento Especializado no período contraturno ao ensino regular.

SÍNDROME DE DOWN: HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS

A Síndrome de Down ou Trissomia do 21, conhecida também como mongolismo, é uma alteração associada a deficiência mental mais frequente do planeta (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

A causa da Síndrome de Down pode ser chamada de simplesmente um erro ou acidente biológico. A criança tem um cromossomo extra nas células do seu organismo, a Trissomia do Cromossomo 21, é este cromossomo que produz as alterações no seu desenvolvimento físico e mental. A maioria dos portadores da Síndrome de Down possui três cromossomos 21 soltos em suas células, e assim possuem 47 cromossomos e se denomina “Trissomia Simples” (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

Este acidente cromossômico pode se dar no momento do desenvolvimento do óvulo ou do espermatozoide, ou na primeira divisão celular do ovo fertilizado. Por isso uma criança Down pode nascer de qualquer classe, de qualquer etnia, credo, independente de cuidados durante a gravidez.

Segundo Stratifort (1997, p.73),

Muito foi escrito sobre a idade materna e Síndrome de Down, mas muito também se configura como folclore. Devo dizer inicialmente que a maioria das crianças com Síndrome de Down nascem de mães com idades entre dezenove e vinte e seis anos”. Porém considera-se que as mulheres com mais de 40 anos têm tendência a ter filho com anomalias cromossômicas, mas nesta faixa etária, as possibilidades de acontecer uma gestação, já são mais limitadas.

Como a maioria das mulheres que têm filhos é jovem, cerca de 80% das crianças com Síndrome de Down nascem de mulheres com menos de 35 anos. Mas a incidência

da Síndrome de Down em mulheres mais velhas é maior. De cada 400 bebês nascidos de mães com mais de 35 anos, um tem Síndrome de Down.

As crianças com Síndrome de Down em geral têm características físicas peculiares, por exemplo: os cabelos podem ser normais, mas em geral são finos e hipopigmentados; lábios finos e fissuras que aumentam a prevalência e severidade com a idade; abertura das pálpebras inclinadas com a parte externa mais elevada; prega da pálpebra no canto dos olhos; prega única na palma das mãos, dentre outras (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

Até os cinco anos o cérebro das crianças com Síndrome de Down, encontra-se anatomicamente similar ao de crianças normais, apresentando apenas alterações de peso, que nestas crianças encontra-se inferior a faixa de normalidade, que ocorre devido uma desaceleração do crescimento encefálico iniciado por volta dos três meses de idade.

Esta desaceleração encontra-se de forma mais acentuadas em meninas, onde observamos, também, frequentes alterações cardíacas e gastrintestinais. Schwartzman (1999, p. 47) relata que há algumas evidências de que durante o último trimestre de gestação existe uma identificação no processo da neurogênese. Apesar da afirmação as alterações de crescimentos e estruturação das redes neurais após o nascimento são mais evidentes e estas se acentuam com o passar do tempo.

A Síndrome de Down é relativamente frequente, estima-se que nascem no Brasil por ano 8 mil crianças e que existem, entre crianças e adultos, mais de 100 mil brasileiros com Síndrome de Down, conforme Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

O nome “mongolismo” é devido a traços físicos das crianças que os tornam parecidos com os habitantes da Mongólia. O nome correto é Síndrome de Down. Síndrome é o conjunto de características que prejudica de algum modo o desenvolvimento da pessoa. Down é o sobrenome do médico que descreveu a Síndrome no passado, por volta de 1866 (VITTO JÚNIOR; LIMA, 2011).

Hoje pessoas com Síndrome de Down têm apresentado avanços impressionantes e rompido muitas barreiras. Em todo o mundo, e também aqui no Brasil há pessoas com Síndrome de Down estudando, trabalhando, vivendo sozinhas, se casando e chegando à

universidade. A melhor forma de combater o preconceito é através da informação e da inclusão de todas as pessoas, na família, na escola, no mercado de trabalho e na comunidade.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR

Inclusão é a nossa necessidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção, além de ser possível a interação com o outro. Na inclusão, todos participam da sociedade, cada qual com suas diferenças (CAVALCANTE, 2005).

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos deficientes ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. A educação inclusiva busca evitar a segregação e discriminação, colocando o deficiente em atendimento na escola comum, atendendo às suas exigências pessoais.

A contribuição da educação inclusiva será a de proporcionar por meio de transformações sociais, a construção de um novo tipo de sociedade, capaz de rever conceitos pré-estabelecidos, desmistificando os existentes, e assim, trazendo conhecimento à sociedade atual para que as próximas gerações já tenham isso esclarecido (LAGO; SILVA, 2017).

Ao longo da história da educação no Brasil, foi mantido no anonimato as crianças com alguma deficiência, viviam escondidas da sociedade que se sentia incomodada com sua presença. Com isso, a própria escola se encarregava de selecionar os ditos "normais", usando como critérios modelos de normalidade criados por ela, deixando de lado razões patológicas, genéticas e neurológicas, se fundamentando somente no comportamento diferente dos "normais" (LAGO; SILVA, 2017).

Com o passar do tempo, os próprios médicos que cuidavam dos deficientes perceberam a importância da pedagogia, à medida que criavam instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos, já era a percepção da importância da educação, que tinha como desafio sistematizar conhecimentos que fizeram com que as crianças deficientes

mentais participassem de alguma forma da vida no grupo social da época (LAGO; SILVA, 2017).

Até pouco tempo, a maioria dos educadores de crianças com síndrome de Down insistiam em buscar soluções para a educação de tais crianças em métodos tradicionais e ultrapassados. Entretanto, devido à preocupação dos educadores de Educação Especial vem surgindo metodologias modernas para atender a esta clientela bem como a construção do conhecimento pelo próprio aluno.

Para se falar de atendimento educacional especializado, temos antes que esclarecer dois termos muito usados nessa área, "Necessidades especiais" e "deficiência". Devemos entender que “necessidades especiais” não devem ser confundidas com “deficiência” (mentais, auditivas, visuais, físicas ou múltiplas) (LAGO; SILVA, 2017).

E de acordo com o Programa Nacional de Educação Especial, o aluno com deficiências é aquele que, por apresentar necessidades próprias diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requerem recursos pedagógicos e metodologia educacional específica.

Nos dias atuais, o sujeito com deficiência tem seus direitos protegidos por lei, a qual o coloca como igual a todas as outras crianças, com o direito de estar e se relacionar, recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Portanto, há de se pensar na estrutura escolar, na sua responsabilidade de interagir também com a família desse aluno com deficiência e dar conta dos conhecimentos necessários para lidar com ele.

O desafio da educação especial Brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam como fator de enriquecimento no processo educacional (LAGO; SILVA, 2017).

Educação integrada promove proposta satisfatória e objetivo de desenvolver habilidade de comunicação com os outros membros da comunidade. É também a educação que deve privilegiar o portador de necessidades especiais enquanto crianças ou adolescentes, mesmo em suas dificuldades, que devem ser educadas de maneira mais autônoma possível e com a máxima participação de todos os campos.

A convivência, o contato, a inter-relação com as outras crianças possibilita a criança com deficiência, enriquecimento de experiências, modelos comportamentais mais adequados, garantindo-lhes seu desenvolvimento.

Segundo Fonseca (1987, p. 16):

A integração é o combate mais adequado a institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração implica sempre um benefício imediato educacional e social para a criança pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais, de escolas especiais é uma aberração que se deve eliminar. Quando falamos de integração, no fundo queremos dizer interação, isto é, interação entre os deficientes e os não deficientes. Só quando se atingir uma interação constante entre os deficientes e os não deficientes se pode falar numa política de integração. Nenhuma razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.

As escolas normais ou regulares devem aumentar as suas capacidades para identificarem e integrarem as crianças com Síndrome de Down. O sistema de ensino tem de dar lugar à qualidade de ensino. Os programas mais integrados e individualizados não são um luxo, são necessidades do movimento de integração (FONSECA, 1987, p. 23).

Na escola, deve-se defender a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais, e se entregar nesse ideal não como uma opção, mas como única saída para fazer valer os direitos constitucionais de todo cidadão, e como única saída contra a exclusão. Cada indivíduo é único e diferente, e por essas diferenciações se manifestam conforme suas experiências e aprendizagem.

A escola deve oportunizar e desenvolver habilidades que vem ao encontro principalmente dos educandos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, segundo Vygotsky (1994, p. 107):

Portanto se alguém aprende a fazer bem uma única coisa, também será capaz de fazer bem outras coisas sem nenhuma relação, como resultado de alguma conexão secreta. Assume-se que as capacidades mentais funcionam independentes do material com que elas operam, e que o desenvolvimento de uma capacidade promove o desenvolvimento de outras.

Não podemos inserir a criança na escola regular sem um acompanhamento. A criança ainda não tem preconceitos. Se a escola mostra que a sociedade é formada por pessoas diferentes, a criança acaba se tornando um cidadão mais consciente.

A inclusão deve ser vista através e um projeto coletivo, onde a escola tem que repensar sua prática a partir de relações dialógicas, envolvendo educadores, família e comunidade.

A presença da diferença em sala de aula enriquece o conhecimento das outras crianças e do professor, possibilitando a troca de experiências, permitindo ao portador de necessidades especiais que o seu desenvolvimento seja mais adequado e significativo.

A EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.12) define a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade para todos. Desse modo, a criança com Síndrome de Down tem direito à escolarização desde a Educação Infantil, além de direito garantido por lei é dever do Estado. Reconhecer a criança como sujeito de direitos em suas relações e vivências, em constante transformação, na qual ela constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, aprende, deseja, narra, experimenta questiona e produz cultura (BRASIL, 2001).

De acordo com o capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei N° 9.394/96 Art. 58 §3º, a oferta da Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil.

Para Mills (2003), nesse período que compreende do nascimento ao sexto ano de vida, é essencial que o professor busque conhecer o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down e, a partir daí será capaz de construir base para desenvolver de modo mais eficaz as atividades a serem adotadas, a metodologia a fim de atender as crianças

com síndrome de Down nas creches e propiciar-lhes um ambiente acolhedor e facilitador de seu desenvolvimento.

A LDB também garante no capítulo 5 Art. 58 §1º que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, a fim de atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial, garantindo que o aluno com necessidades educacionais especiais no CEI tenha a oportunidade de receber um atendimento especializado ao frequentar a escola regular.

A postura nas instituições de Educação Infantil em relação à criança com Síndrome de Down passou por várias alterações ao longo dos anos. Primeiramente, a criança que era vista como alguém incapaz de aprender, em seguida, passou a ser introduzida nas escolas, inicialmente nas escolas especiais e, no final dos anos 1970, integradas à escolas regulares, às vezes combinadas a classes especiais. Segundo Gonzáles (2007, p.96):

A inclusão da criança com síndrome de Down na escola infantil em idades precoces oferece às crianças a possibilidade de um ambiente normalizado desde as primeiras etapas de sua vida, no qual é uma criança a mais, que está em contato com outra criança. Aqui as interações sociais entre as próprias crianças e os adultos são ricas e variadas; em grupo as crianças aprendem melhor nas normas de convivência, se comunicam melhor entre elas, participam de propostas educacionais programadas, e, em geral, o ambiente é estimulante.

Assim, quanto se iniciar o trabalho com a criança com Síndrome de Down maior e mais eficaz será o seu desenvolvimento proporcionando maior autonomia. A participação de todos os envolvidos na vida da criança é fundamental para que este desenvolvimento ocorra de uma forma satisfatória. Vale lembrar que o quanto faz-se necessário o respeitar o desenvolvimento gradativo, pois este ocorre de diferentes formas tanto para a criança da faixa etária de zero aos três anos quanto na idade pré-escolar.

O atendimento da criança com Síndrome de Down, na faixa etária de zero a três anos, deve reunir um conjunto de experiências integradas e vivenciadas globalmente, que permita à criança comunicar-se, jogar e brincar em um contexto escolar e familiar, em que ela assimile e acomode as aprendizagens de uma forma organizada e sistemática, lúdica e divertida (MILLS, 2003).

Para Gonzáles (2007, p.96):

O problema, hoje, é fazer com que a criança com síndrome de Down consiga adquirir na classe normal os conhecimentos e aprendizagens necessários. Por isso, é necessário um pessoal especializado que cuide e encoraje a criança principalmente desde que ela nasce. É preciso levá-la a escola desde muito cedo, mantê-la em uma escola de integração durante todo o seu período evolutivo e, além disso, proporcionar a ela apoios especiais, como pode ser a estimulação precoce.

Os trabalhos realizados nos Centros de Educação Infantil (CEI) são a base para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down e a família tem o importante papel de levar seus filhos para a escola preocupando-se com a interação da criança no que tange à parte clínica como à educacional, promovendo a estimulação precoce da criança com Síndrome de Down para que esta comece a desenvolver-se desde a mais tenra idade.

Segundo Schwartzman (2003) programas individuais devem levar em consideração as possibilidades de aprendizagem e a motivação necessária para que a criança participe ativamente. A inclusão da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil deve atentar-se ao trabalho com as dificuldades no nível de sociabilidade com todos os indivíduos da escola, promovendo socialização da criança na escola. Para tanto, é importante que o professor tenha o conhecimento das dificuldades de aprendizagem da criança elaborando estratégias a fim de minimizá-las e desenvolver as capacidades das crianças.

Com isso em mente, é possível compreender a necessidade de a inclusão da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil. Tal inclusão fará com que o professor consiga compreender as dificuldades e reconhecer os avanços por ela obtidos, pois este período da infância será fundamental para seu desenvolvimento. Assim, ao analisar a criança trabalhando dentro do grupo, o professor será capaz de perceber as potencialidades explorando-as de modo que a criança se sinta em um ambiente seguro repleto de amigos que não o excluem.

No período pré-escolar, a criança com Síndrome de Down desenvolve habilidades fundamentais para o seu desenvolvimento. Segundo Mills (2003, p.238):

No período pré-escolar (dos quatro aos seis anos), é de fundamental importância o relacionamento a ser consolidada entre o desenvolvimento e a aquisição da competência linguística e a relação socioemocional. Este fator, além de ampliar o aprendizado, é também o principal veículo de socialização. A criança, nesta fase, vive momentos felizes, no que se refere à harmonia do seu desenvolvimento

e à sua adequação às exigências do mundo que a envolve do ponto de vista de atividades sociais. Isto representa um aspecto importante do estudo e da pesquisa relativa às possibilidades inerentes a criança com síndrome de Down.

É cada vez mais necessária a inclusão de crianças nos centros de educação infantil, pois, nesta interação com as outras crianças de sua faixa etária há um maior contato com outras crianças e, conseqüentemente, a aquisição da linguagem tornando visível a melhora na comunicação e fala da desta criança, bem como uma superação das dificuldades que a criança apresenta em sua comunicação.

Na fase dos quatro aos cinco anos amplia-se o repertório verbal e sua utilização. A criança utiliza formas verbais mais complexas, passando a comunicar-se com os outros para atender as suas necessidades, sendo esta comunicação fundamental para a socialização da criança com Síndrome de Down. Tal socialização costuma ocorrer primeiramente na família e, depois, estende-se na escola e sociedade (MILLS, 2003).

Entre os cinco aos seis anos, aparecem certas sistematizações e articulações de formas verbais e padrões de comparação. A criança já possui uma condição que a permite reconhecer alguns sinais e símbolos iniciando o processo de alfabetização.

Nesta fase, a criança com Síndrome de Down participa de forma sempre ativa, das manifestações do grupo, compreendendo os mecanismos que regulam os jogos e as atividades, identificando com clareza os papéis e diferenciando os colegas dos adultos (MILLS, 2003).

Para Turetta (2012), a Educação Infantil é muito importante para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, mas faz-se necessário repensar o papel do professor para este atendimento, já é constatado que tanto os professores como a equipe pedagógica ainda passam por muitas dificuldades pela falta de orientação e especialização, para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico realmente inclusivo da criança na escola.

Nota-se assim, a importância que o professor desempenha na Educação Infantil para a promoção do desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down e a necessidade da formação visando melhorar as atividades desenvolvidas nos Centros de Educação Infantil para que a criança se desenvolva, tanto por meio da interação com

outras crianças da mesma faixa etária, quanto pelo envolvimento com pessoas diferentes de sua rotina familiar, seja estimulando a aprendizagem da vida social e escolar, bem como no desenvolvimento da afetividade, motricidade e linguagem.

A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA COM A ESCOLA

A relação escola x família deve ser estimulada, pois é muito importante que seja “falada a mesma língua”. O aluno precisa desenvolver segurança para tomar suas atitudes e aceitar seus erros, além de críticas, por isso que o que ele desenvolve na escola deve ter continuidade no seu lar (VITTO JUNIOR; LIMA, 2011).

O comprometimento da família deve ser constante para acompanhar o aluno de forma sistemática em reuniões individuais e coletivas sempre que houver necessidade.

Tudo deve ser esclarecido para os pais e o aluno, desde a sala onde o aluno frequentará as aulas, que passará por uma análise realizada pela equipe pedagógica em articulação com os professores, levando em consideração, entre outros fatores, a sua idade cronológica.

A classe deverá ser informada, além dos pais dos outros alunos, sobre o processo de inclusão, para que todos se sintam confortáveis, seguros, confiantes e realistas diante das novas possibilidades que irão surgir (VITTO JUNIOR; LIMA, 2011).

A ideia é que sejam promovidos encontros, seminários e palestras que visam gerar uma consciência crítica e cooperativa de todos os envolvidos no cotidiano escolar, envolvendo todos em uma única realidade, que é a inclusão.

A entrada da criança na pré-escola suscita nos pais temores ligados à sua adaptação e proteção, visto que ela sairia do seu ambiente e teria que enfrentar a "vida como ela é" do lado de fora.

Em contrapartida, sabemos que a entrada da criança com Síndrome de Down na educação infantil regular é muito positiva, principalmente quando a inclusão é bem-feita, pois a sua socialização começa a se dar de maneira muito fluida. Por exemplo, ela terá que brigar pelos brinquedos e tentar se expressar nas mesmas condições das crianças consideradas "normais", e isto ajuda muito no seu desenvolvimento, principalmente no

que diz respeito à cognição, à linguagem, às habilidades motoras e à socialização. Acreditamos que colocar uma criança com Síndrome de Down em uma escola regular é dar-lhe a mesma chance que todas as crianças têm de desenvolver o seu potencial cognitivo e socioafetivo (VITTO JUNIOR; LIMA, 2011).

O comportamento social da pessoa com Síndrome de Down é influenciado pelo ambiente, onde os resultados dessa interação podem limitar ou ampliar as oportunidades do seu desenvolvimento e de suas possibilidades de integração social.

Muitos aspectos da síndrome são conhecidos, mas algumas barreiras precisam ser rompidas. A aceitação e o preconceito da sociedade ainda existem, uma vez que os padrões estéticos e de produtividade são muito valorizados em nossos dias.

As tentativas de inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down em escolas regulares esbarram no despreparo dos profissionais e da não aceitação por parte de alguns pais, que se sentem incomodados com a presença de alguém “diferente” na companhia de seus filhos “perfeitos” (VITTO JUNIOR; LIMA, 2011).

Hoje não se pode precisar até onde uma pessoa com Síndrome de Down pode chegar com sua autonomia, mas acredita-se que seu potencial é muito maior do que se considerava há alguns anos atrás.

Incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades. A escola precisa trabalhar a aceitação da criança, incentivar sua independência através de elogios dando liberdade para que estas conquistem seu espaço e o respeito das outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, percebeu-se que tanto a sociedade, como as escolas não estão totalmente preparadas para acolher e aceitar as crianças com Síndrome de Down, assim também como outras deficiências. Ao que se parece, são poucas as pessoas que fazem algo para amenizar essa situação, ou pelo menos conhecê-las profundamente.

Também se constatou que a inclusão é objetiva, afirmando que estas crianças devem estar, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, os profissionais

responsáveis pela sua educação, talvez não estejam preparados adequadamente para atender às suas necessidades, necessitando de formações continuadas que possibilitem uma inclusão de qualidade.

Percebeu-se também, que é preciso, que o professor esteja atento às especificidades de cada aluno, que consiga desenvolver suas potencialidades, para que este consiga desenvolver seu cognitivo e o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, isso nos remete a questionar sobre a formação dos profissionais para atuar em meio há crianças que precisam de um currículo adaptado as suas necessidades.

Em meio a esse contexto se faz necessário um comprometimento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e professores, para que haja uma evolução na vida escolar e social da criança com síndrome de Down. É necessário, também, mostrar que elas possuem capacidade de evoluir, basta serem estimuladas e inseridas em ambiente de igualdade, os quais não se sintam excluídas dentro da sua própria escola.

É fundamental que a escola possua condições para atender às necessidades de cada aluno, como também garanta o seu acesso e permanência. Portanto, no que diz respeito ao âmbito escolar, percebe-se que estas pessoas estão incluídas, mas tanto os profissionais como as próprias instituições que são responsáveis pela educação delas não estão preparados para atendê-los adequadamente conforme suas necessidades.

Quando o aluno está inserido nas escolas e nos Centros de Educação Infantil as oportunidades de avanços em seu desenvolvimento são diversas e as possibilidades de inclusão na sociedade, inúmeras. Assim, é por meio da educação que devemos lutar para que uma sociedade mais igualitária possa se estabelecer.

E é na escola que tais aspectos devem ser discutidos, a fim de construirmos uma sociedade consciente de seu papel de cidadão que não exclui, mas que sabe conviver com as diferenças, pois ninguém é igual a ninguém e nada somos para julgar ou negar a quem quer que seja, os seus próprios direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil:** (Lei nº 8.069/90). Brasília, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União** de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEEP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais.** Tradução: Raquel Mendes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças.** Revista Nova Escola. São Paulo, vol. 20, n. 182, 2005.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GONZÁLES, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas. Intervenção psicoeducacional.** Porto Alegre: Artmed. 2007.

LAGO, R.A.; SILVA, M. C. F. da. A inclusão de crianças com síndrome de down no ensino regular. 2017. In: XIII Congresso Nacional da Educação. Formação de professores: contexto, sentidos e práticas. **Anais...** p. 7249-7264, 2017.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas.** 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MILLS, Nancy Derwood. **A educação da criança com Síndrome de Down.**

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down.** 2. Ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

STRATFORD, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down.** Tradução: Lucia Helena Reilly; Revisão: Viviane Veras; Revisão técnica: A. Fernando Ribeiro, Ulysses Moraes de Oliveira. Brasília: Corde, 1997.

TURETTA, Beatriz Aparecida Dos Reis. **Crianças com necessidades especiais na educação infantil: um estudo sobre o brincar.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012.

VITTO JUNIOR, J.; LIMA, A. L. dos S. de. A inclusão da criança com síndrome de down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica,** Criciúma, SC. v. 9, n. 1, p. 76-87, 2011,

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento os processos psicológicos superiores.** 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Submissão: agosto de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: janeiro de 2024.